

# O TRATAMENTO TEÓRICO DO TEMPO NA GEOGRAFIA: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS

Alberto Daniel VAZQUEZ<sup>1</sup>

Angela Maria ENDLICH<sup>2</sup>

## RESUMO

O texto decorre da realização de um seminário de tese, ministrado pelos autores na Universidade Estadual de Maringá. A proposta baseia-se no reconhecimento da necessidade de deter-nos em como tratar o tempo na Geografia. Com base na revisão de bibliografia e nas reflexões que surgem das próprias pesquisas dos autores, o artigo busca trazer o assunto para os proponentes de pesquisas em Geografia, sem pretender realizar uma abordagem que se aplique a todas as pesquisas, mas de aportar com algumas contribuições e reflexões. Além de recuperar considerações gerais sobre diferentes perspectivas na consideração do tempo na Geografia, o artigo enfoca a prática concreta da pesquisa e as diferentes possibilidades em relação ao tratamento do tempo nessa prática. Possibilidades que mostram a existência de diversos níveis de profundidade na consideração do tempo e derivam em exemplos e sugestões sobre os processos de recortá-lo, além de abordar o tratamento de tempos múltiplos e as aproximações aos espaços-tempo vividos.

**Palavras chave:** Geografia. Tempo. Metodologia.

---

1 Doutor em Geografia. Co-diretor do Departamento de Geografia da Universidade Nacional da Patagônia San Juan Bosco (UNPSJB). Membro do Instituto de Pesquisas Geográficas da Patagônia (IGEOPAT) e do Grupo de Pesquisa em Geografia, Ação e Território (GIGAT). Professor adjunto da cátedra Geografia Regional Argentina e Chefe de trabalhos práticos das cátedras Metodologia da Pesquisa Geográfica e Geografia Econômica Argentina (UNPSJB).

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Presidente Prudente (2006). Pós-doutorado pela Universidade de Barcelona (2013-2014). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Geografia (DGE) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

## **THEORETICAL TREATMENT OF TIME IN GEOGRAPHY: METHODOLOGICAL POSSIBILITIES**

### **ABSTRACT**

The paper stems from the realization of a seminar, given by the authors at the State University of Maringá. The proposal is based on recognition of the need to dwell on how to deal with time in Geography. Based on the literature review and the reflections that arise from the authors' own research, the paper seeks to bring the subject to the proponents of research in Geography, without intending to carry out an exhaustive approach. In addition to retrieving general considerations about different perspectives in the approach of time in Geography, the article focuses on the concrete practice of the research and the different possibilities regarding the treatment of time in this practice. Possibilities that show the existence of several levels of depth in the consideration of time and derive in examples and suggestions on the processes of cutting time, the treatment of multiple times and the approximations to the lived spaces-time.

**Keywords:** Geography. Time. Methodology.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo procura refletir acerca da abordagem do tempo na Geografia e teve origem em seminário de tese ministrado para ao curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual de Maringá. A proposta baseia-se no reconhecimento da necessidade de deter-nos em como tratar o tempo na Geografia. Ao realizar mencionada proposta somos conhecedores da complexidade do tema, portanto traçamos contribuições para alavancar o debate, sem nenhuma pretensão de contemplar exaustivamente possibilidades existentes.

Ao lidar com o tempo é expressivo considerar que estamos entre os que compreendem a Geografia como uma ciência que parte do presente. O que isso significa que devemos construir a pesquisa por meio de uma problematização acerca de questões contemporâneas. Retomar o passado será para buscar os elementos explicativos ou para abordar mudanças espaciais no contexto das reestruturações políticas, econômicas e culturais que ocorreram em períodos anteriores. Portanto, não temos que contar a história, temos que analisá-la e pinçar dela o necessário. É certo que em alguns casos lidamos com localidades onde não existem referenciais históricos e precisamos suprir algumas lacunas. Contudo, não devemos perder o foco. Embora sendo uma ciência do presente, na Geografia é preciso saber como lidar com o tempo metodologicamente.

Neste sentido, pretendemos trazer algumas contribuições, com o intuito de provocar a reflexão acerca do tema e de sublinhar sua relevância na proposição de pesquisas. Esboçamos algumas possibilidades de tratamento teórico de como essa ciência do presente, deve lidar com o tempo. Para tanto, apontamos alguns questionamentos iniciais para que se pense diversas propostas de pesquisas: em que níveis de tratamento teórico comparece o tempo na análise geográfica? Em cada pesquisa a análise do tempo entra com pesos diferenciados, mas é preciso que o seu proponente tenha claro de como ele se encontra situado na sua problematização e como será tratado. De algum modo precisa estar contido, ora como elemento expressivo de análise, ora como mero recorte investigativo.

Organizamos o texto da seguinte maneira: uma primeira parte em que recuperamos as diferentes perspectivas geográficas na consideração do tempo, uma segunda parte em que assinalamos algumas possibilidades quanto à presença do tempo em uma pesquisa e uma terceira parte que contém algumas considerações metodológicas para o tratamento do tempo.

As contribuições aqui apresentadas em relação a essas possibilidades vinculam-se direta ou indiretamente aos temas trabalhados pelos autores. Seguramente, estas reflexões ganhariam novos conteúdos com trabalhos conduzidos por outros pesquisadores e em condições espaciais diferenciadas. De certa forma, isso aparecerá neste artigo, pois cada um dos autores trabalha com realidades socioespaciais (Patagônia Central, Argentina e Noroeste do Paraná, Brasil) muito diferentes, embora alguns temas tenham convergência.

## 2 PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS NA CONSIDERAÇÃO DO TEMPO

Ao longo do desenvolvimento histórico de nossa disciplina, é possível reconhecer diferentes perspectivas na consideração do tempo. Perspectivas que são observadas nas pesquisas e reflexões teóricas dos geógrafos. Elas serão recuperadas nesta seção para reconhecer as formas em que o tempo foi tratado e, conseqüentemente, a gênese das diferentes maneiras de tratá-lo que coexistem na Geografia. A Geografia não sofreu substituição completa de um paradigma por outro, portanto, é uma ciência multiparadigmática onde coexistem diferentes concepções em relação ao seu objeto de estudo e diferentes abordagens do tempo.

Deve ser dito que não realizaremos um desenvolvimento dessas perspectivas geográficas e só recuperaremos o que é necessário para contextualizar a análise das outras partes deste artigo, ou para marcar diferenças com as possibilidades aqui propostas, sem fazer uma abordagem diacrônica do tratamento do tempo. Dessa forma, consideramos as críticas do próprio Santos (1978) em relação à evolução da disciplina, quando ele apontou que ela demonstrava maior preocupação com sua história que com seu objeto de estudo e que se tornou uma viúva do espaço ou, como seria mais ajustado pelo tema aqui tratado, uma viúva do espaço e do tempo.

Para isso, utilizamos as contribuições propostas por Silveira em seu artigo “Tempo e espaço na Geografia: dilemas e reflexões” (2013), no qual salienta que duas perspectivas na consideração do tempo prevaleceram ao longo da história da nossa ciência: uma perspectiva que recortou as formas de sua dinâmica e considerou um tempo abstrato e outra com uma visão geométrica do espaço que subordinou o tempo histórico.

A primeira perspectiva é observada na Geografia Regional focada na relação homem-meio, pois nessas abordagens o meio obteve o *status* de entidade independente, mais ou menos

atemporal. Embora isso não signifique que a Geografia Regional não tenha considerado o tempo, o fez como uma instância explicativa e não em suas manifestações empíricas (SILVEIRA, 2013).

A segunda perspectiva é observada nas abordagens nomotéticas que buscaram explicações gerais e construíram modelos com base na análise locacional, pois nelas o tempo foi considerado o fundo da cena e, portanto, uma forma do pensamento separada do espaço que é objeto de historiadores (SILVEIRA, 2013).

Nesse sentido, a partir da análise bibliográfica realizada por Silveira (2013), verifica-se que, tanto nas abordagens mais empiristas quanto nas mais idealistas, o tempo foi considerado em suas formas mais abstratas, separado do espaço e muitas vezes circunscrito a uma Geografia Histórica limitada ao estudo dos determinantes geográficos dos eventos históricos.

Isso não significa que até as últimas décadas do século XX não tenham havido avanços significativos sobre o tratamento do tempo na Geografia. Embora as contribuições mais relevantes tenham sido introduzidas pelos principais expoentes da Geografia Radical e outras tendências mais recentes, também foram expressivos os aportes de alguns predecessores.

Estruturamos o texto, na continuidade, em dois itens nos quais recuperamos algumas dessas contribuições mais recentes, mas também aquelas feitas anteriormente por grandes expoentes do tratamento do tempo, como as de Torsten Hägerstrand e sua Geografia do Tempo. No item dois de modo mais geral e no item três nos baseamos em perspectivas experimentadas em nossas pesquisas.

### **3 POSSIBILIDADES INICIAIS QUANTO A PRESENÇA E TRATAMENTO DO TEMPO EM PESQUISAS GEOGRÁFICAS**

O tempo é parte da realidade analisada nas diversas pesquisas geográficas sempre. Contudo, o modo como elas são construídas definirão o peso diferenciado e o tratamento dispensado a ele. Procuramos neste item sistematizar algumas possibilidades neste sentido.

### 3.1 O TEMPO COMO RECORTE OU DELIMITAÇÃO

Os recortes, como se sabe, trata-se da aplicação da seletividade na pesquisa, as suas necessárias delimitações: espacial, temporal, temático, abordagem, entre outras. Reiteramos as particularidades de cada pesquisa, assim os recortes necessários também têm a ver com as diferentes propostas e construções de problemas de pesquisa. Para aquelas que se situam no campo científico da Geografia o espacial e o temporal são fundamentais. O mínimo que o tempo precisa estar presente em um trabalho seria como recorte temporal.

### 3.2 O TEMPO COMO UMA DIMENSÃO DE ANÁLISE

Neste caso, o tempo teria um peso maior. São trabalhos em que é preciso periodizar ou de alguma maneira avançar na ideia de empiricização do tempo (SANTOS; SILVEIRA, 2001), acerca do que procuramos sistematizar algumas contribuições. Mencionamos aqui autores que, na nossa avaliação, trouxeram avanços de como abordar teoricamente o tempo na Geografia. Entre eles estão Milton Santos e Maria Laura Silveira, anteriormente citados, especialmente quando enfrentam a questão de empiricizar o tempo. Quando Santos (1996b) abarca desde o Meio natural até o Meio Técnico Científico Informacional, essa é uma das contribuições que ele desenvolve. O espaço pode ser periodizado, mas não cronologicamente, indicando datas e, sim, pelos seus conteúdos e densidades quanto a técnica, ciência e informação. Nas palavras do autor “As técnicas possibilitam a empiricização do tempo e a qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham (SANTOS, 1996a, p. 44).

Outro autor que pensa metodologicamente o tempo na Geografia é Soja (1993) em Geografias Pós-Modernas, ainda que para aparentemente reduzir sua relevância. Ele propõe um Materialismo Histórico e Geográfico, afirmando que no mundo das simultaneidades o espaço é também revelador das contradições. Na realidade, esse autor enfatiza o espaço e de alguma maneira nos faz perceber que se foi, metodologicamente, o período de apenas enfatizar o tempo. Por outro lado, ele converge na valorização do tempo presente e a possibilidade nele existente de saber o que ocorre em diversos locais em tempo real. Diante disso, ele é desafiador quando assinala que é preciso buscar linguagens mais apropriadas para esse período, rompendo com a cronológica como a única possível para o tratamento do espaço/tempo. E nisso reconhecemos uma expressiva

contribuição, pois promove a busca da linguagem adequada considerando as especificidades da Geografia. Observa-se na literatura e no cinema obras que buscam isso, com trechos mostrando fatos simultâneos, ou até desordenados no tempo, construídos como se fosse um quebra-cabeças que, em geral, ao final se reúnem. Tendo bom êxito ou não, eles mostram uma possibilidade de exposição sequencial que não precisa pautar-se apenas pela cronologia. E na ciência, sobretudo na Geografia como é possível uma linguagem adequada para lidar com a simultaneidade e com a contradição que se apreende pelo espaço? Na realidade, esse autor reitera a ideia de Geografia como ciência que parte do presente e, por isso, sinaliza para a necessidade de encaminhamentos metodológicos diferenciados. Essa é uma questão aqui proposta para reflexão e aprofundamento.

### 3.3 O TEMPO COMO CONTEÚDO OU PARTE DO TEMA DE ANÁLISE

Pensamos nesta possibilidade em trabalhos onde não basta um recorte ou uma periodização, ainda que baseada em uma adequada empiricização do tempo. Este seria um nível mais aprofundado de presença do tempo em uma pesquisa geográfica. Seria o tempo como parte do conteúdo da análise ou fração ontológica do objeto de análise, ainda que em pontos mais restritos do trabalho. Uma vez mais lembramos Santos (1996a), quando se refere ao espaço como acúmulo desigual de tempos. Embora ele tenha se referido a isso ao tratar da periodização de natureza mais geográfica, pensamos que neste caso pode-se ir além. O acúmulo desigual de tempos pode ser apreendido em várias perspectivas: na paisagem, na morfologia urbana que pode ser exposto pelos seus planos urbanos ou imagens, ou ainda, na rede urbana, pois o conjunto de núcleos funcionalmente articulados coloca em relação localidades dos mais diversos contextos históricos. Esses são alguns exemplos, pensados a partir da nossa experiência de pesquisa. Obviamente, outros podem ser assinalados.

O mesmo autor quando trata da globalização (SANTOS, 1996a), a explica como resultante de três unicidades: tempo, técnica e motor único. Os fusos horários que coordenam um só tempo no mundo são do final do século XIX. Antes disso, cada local contava seu tempo de modo independente. Foi justamente um mundo mais articulado que gerou a necessidade de encontrar uma forma de sistematizar o tempo na escala mundial. É o tempo da técnica, preciso, controlado e, em geral, portador de aceleração.

Ele nos rouba o tempo da fruição. Tanto, que se observa nas últimas décadas a projeção do *slow* como um contraponto ao tempo do capital, embora o próprio *slow*, acabe sendo apropriado parcialmente pelo capital. É assim que temos o *slow food*, *slow cities... science, travel* e, possivelmente, outros. Recentemente encontramos uma loja em Montevideo onde aparecia o termo moda lenta, *slow fashion*. Na literatura também tem aparecido títulos com apelo para a questão do ritmo da vida. Um deles é “A Lentidão” de Milan Kundera (1995) e outro meio que em tom de autoajuda “Devagar” de Carl Honoré (2005), dentre outros. Em nossa pesquisa, precisamos abordar essa questão quando em questionários elaborados em pequenas cidades a questão da tranquilidade aparecia assinalada com destaque pelos respondentes. Foi necessário buscar o conteúdo do que seria essa tranquilidade, que deciframos como referência ao sentimento de segurança urbana ou ao ritmo mais lento e tranquilo do cotidiano. Neste caso, essa segunda possibilidade assinalada nos remeteu a questão do tempo cotidiano e do ritmo de vida.

Lembramos que Santos (1996a; 1996b) se referia ao do tempo dos homens lentos como aqueles que não conseguiram apropriar-se da mobilidade veloz produzida pela técnica, porque ela passa pelo mercado e pelo poder de consumo (ENDLICH, 2006). Em tal caso, a lentidão não resulta de uma opção por ela, como é o caso das iniciativas em prol da lentidão anteriormente mencionadas. Consiste em uma condição social, que se contrapõe à adoção voluntária da lentidão. Portanto, registra-se um sentido dúbio para a lentidão.

Por isso, a associação imediata desses atributos com determinados espaços, no caso as pequenas cidades, também precisou ser cautelosa, pois apesar da tranquilidade que parece imperar nas mesmas, ali, igualmente, é despótico o tempo consumido pelo trabalho. Para a multidão de trabalhadores que dependem do cumprimento de metas diárias, a possibilidade de arrefecer o ritmo não se apresenta como algo que possa resultar de uma decisão individual. São pessoas que não podem apropriar-se do seu tempo, pois ele é a medida da quantidade do trabalho vendido, única via para a sua reprodução. Tampouco podem os trabalhadores decidir sobre ritmos mais adequados, pois essa é medida do trabalho vendido, fazendo do tempo uma dimensão vivida pelo seu valor de troca. Ela vem acompanhada de uma exigência da intensidade do seu uso, que deve resultar numa determinada produtividade. Portanto, para muitos, o tempo segue arbitrário, ora abarcando-os no seu ritmo por meio do trabalho, ora excluindo os da sua dispendiosa celeridade (ENDLICH, 2006).

Por fim, lembramos um outro autor que nos instiga a pensar o tempo de modo mais aprofundado, caso do Lefebvre por sua sinalização da apropriação do espaço, mas também do

tempo pelo ser humano – segundo ele, modalidade superior de liberdade, condição vindoura na sociedade urbana. Contudo, é preciso advertir que o sentido de apropriação que ele nos apresenta é muito mais aprofundado e diferenciado. Não se vincula a propriedade, pois se trata de recuperar o valor de uso. Trata-se de uma apropriação que poderia transformar a condição social. Deste modo fica mais clara a limitação não só da nossa relação teórica com o espaço e o tempo, mas com a nossa relação concreta e cotidiana: estamos no espaço, mas não nos apropriamos dele. Vivemos no tempo, mas não nos apropriamos dele.

#### **4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O TRATAMENTO DO TEMPO**

Neste item abordamos possibilidades metodológicas de tratar o tempo em pesquisas em que foi necessário atribuir maior peso e atenção a ele. Corresponde predominantemente, como se verá, a inspirações metodológicas baseadas em estudos realizados na Patagônia, Argentina e, possivelmente, a desafios próprios trazidos por tal espacialidade concreta. Procuramos com esse texto compartilhar de modo mais genérico o aprendizado resultante da análise desse espaço e suas peculiaridades. Não obstante, as buscas teóricas estabeleceram um diálogo entre autores de diversas procedências e pautadas por diferentes realidades socioespaciais como pode ser conferido adiante.

##### **4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RECORTES DO TEMPO E DO ESPAÇO**

Entre as possibilidades iniciais, referimo-nos à delimitação temporal do tema da pesquisa como um mínimo e à periodização como um modo mais profundo de considerar o tempo. No entanto, seja para delimitar o tema da pesquisa ou para periodizar, é preciso considerar as contribuições dos geógrafos que em suas reflexões sobre a relação espaço - tempo consideraram os processos de transferência de um tempo mais contínuo para um mais descontínuo, de um tempo mais homogêneo para um mais heterogêneo.

Contribuições substanciais são encontradas no artigo da Grataloup (2003) intitulado “Os períodos do espaço”. Grataloup (2013) mostra que cada período histórico corresponde a uma determinada porção do espaço geográfico. Para isso, ele adverte sobre o uso habitual dos grandes períodos definidos na história do Ocidente para recortar a história mundial, apontando, por

exemplo, que eventos na China e na América foram localizados dentro dos limites da Antiguidade (3000 a.C. - 500 d.C.), ou seja, em um período imaginado no Renascimento para designar o momento de referência anterior aos tempos qualificados como Idade Média. Contudo, a mesma advertência realizada pelo autor quanto aos grandes períodos históricos, é apropriada para pensar os recortes do tempo em pesquisas que trabalham com outras escalas.

A mesma ideia emerge das reflexões de Silveira (2013) sobre os períodos históricos e a periodização. Silveira escreve que “um período histórico não é um tempo abstrato e cronológico, mas um conjunto de existências e possibilidades reais à disposição dos atores”. E adiciona que a periodização “como recurso de método, (...) significa escolher as variáveis-chave que em cada porção do tempo comandarão o conjunto de formas e eventos” (SILVEIRA, 2013, p. 23-24). Então, poderíamos dizer que como as existências, as possibilidades e as variáveis-chave não são as mesmas em todos os espaços, os períodos e as periodizações também são diferentes.

Entretanto, por outro lado, assim como cada recorte do tempo corresponde a um espaço geográfico, cada recorte do espaço corresponde a um momento histórico determinado. Então, as características e o funcionamento dos espaços no recorte temporal da pesquisa devem ser considerados na definição dos limites do recorte espacial da análise. Limites que são mais claros quando dividimos o espaço com critérios físicos ou usamos a organização política dos territórios, são mais difusos quando enfocamos em dimensões econômicas ou culturais e ainda mais quando consideramos as relações entre os espaços por sobre suas semelhanças na definição das regiões.

Portanto, quando acontecem transformações históricas nos espaços ou quando colocamos nossa pesquisa em um recorte de tempo diferente daquele que originou a região, é necessário talvez pensar em admitir outros recortes regionais para continuar atendendo à relação espaço-tempo. Como foi dito na primeira seção deste artigo, essas mudanças nem sempre foram consideradas em nossa disciplina. Nas grandes perspectivas na abordagem do tempo se observa a alternância indicada por Haesbaert (2010) entre uma valorização da região como fato (fato concreto ou simbólico), própria dos momentos mais ideográficos, e uma consideração da região como artifício (construção metodológica), própria dos momentos mais nomotéticos. Contudo, além dessa diferença, prevaleceu um tempo abstrato separado do espaço e, portanto, as mudanças históricas muitas vezes não mudaram os limites das regiões.

Exemplos podem ser encontrados em alguns estudos da Patagônia argentina. Trata-se de um espaço delimitado com certa precisão a partir das regionalizações geográficas de meados do

século XX que, pelo peso de suas singularidades e seu conteúdo simbólico, muitas vezes aparece como um recorte espacial imutável. No entanto, em alguns estudos regionais recentes foram estabelecidas adaptações considerando a relação espaço-tempo. Essa relação pode ser observada, por exemplo, no estudo geo-histórico feito por Coronato (2017) sobre o papel da criação de ovinos na construção do espaço patagônico e nos estudos de nossa autoria tratamos das transformações mais recentes dos espaços dedicados à essa atividade pecuária. Coronato (2017) apresenta sua análise no período que para ele marca o início e o fim da construção do espaço pela ovinocultura (1885-1950) e recorta o espaço a partir da centralidade e influência espacial que, então, tivera Punta Arenas (cidade do sul de Chile). Nós adaptamos essa região a um novo recorte temporal (de 1980 até o presente) e com outro interesse temático, considerando as áreas que até o final do século XX tiveram a criação de ovinos como o principal fator de desenvolvimento e especialmente aquelas mais afetadas pela crise rural e pelo avanço de novas funções dos espaços rurais (VAZQUEZ, 2019).

Em suma, como expressou Grataloup (2003), os processos de recortar o tempo e o espaço devem ser inseparáveis:

Os recortes temporais, os períodos, que colocam ordem nos passados, só têm pertinência num determinado espaço delimitado da sociedade. Para qualquer tipo de periodização é necessário dizer a que local ela se aplica, da mesma forma que para toda delimitação de uma área também é necessário precisar quais são seus marcos cronológicos. É impossível falar de uma era sem área e vice-versa (GRATALOUP, 2003, p. 36).

Consideramos essa uma significativa contribuição para pensar o tratamento teórico do tempo em trabalhos geográficos.

#### 4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DE TEMPOS MÚLTIPLOS

Referimo-nos, anteriormente, a outras possibilidades no tratamento do tempo em uma pesquisa. Essas possibilidades complementam ou substituem aquele tempo comum a todos os componentes de um recorte do espaço e organizado de modo sequencial na periodização, com tempos múltiplos presentes no mesmo recorte do espaço e no mesmo momento histórico.

Como indicado, Santos (1996a) se referiu ao espaço como um acúmulo de tempos, onde diferentes temporalidades coexistem simultaneamente. Essa premissa é considerada nos estudos de paisagem e nos estudos urbanos, mas também em estudos regionais como o realizado por Gonçalves (2015) sobre os espaços amazônicos.

Ele aborda a complexidade da Amazônia considerando os processos naturais e sociais que atuaram na formação desse extenso território. Para tanto, organiza o conteúdo do artigo de acordo com diferentes temporalidades, distinguindo múltiplos "espaços-tempo": o geológico de fim do Terciário quando iniciam os processos que geram a bacia sedimentar amazônica, o geomorfológico do Holoceno e a formação da floresta amazônica, o arqueológico / antropológico que data de 11.200 anos atrás e se expressa na diversidade cultural e territorial da Amazônia, o do Antropoceno que se constrói na relação dos povos que habitam a região com a natureza e, o dos tempos históricos de colonização e disputa por os territórios. Finalmente, o autor analisa o tempo atual marcado pelos processos de ocupação e os grandes projetos produtivos da segunda metade do século XX e enfatiza na resignificação da natureza no novo contexto geopolítico global.

Ao adotar essas formas de recuperar o tempo em nossas investigações, é apropriado ler textos de historiadores, sociólogos e outros pesquisadores sociais que escreveram sobre durações e ritmos temporais. Entre esses pesquisadores destaca-se Braudel (1968), que em seu livro *História e Ciências Sociais* considera os tempos múltiplos como a substância do passado e da vida social atual, e acredita que a consideração deles é necessária para o desenvolvimento de uma metodologia comum das Ciências Sociais. Com base nessas ideias Braudel diferencia três durações temporais: a curta duração ou a temporalidade do evento; a média duração ou a temporalidade da conjuntura, do ciclo e até do interciclo, e; a longa duração ou a temporalidade das estruturas.

Em nossa análise das transformações dos espaços patagônicos recuperamos essas diferentes durações de Braudel (1968) na explicação da decadência dos espaços rurais. A explicação mais difundida apresentou a decadência como resultado de um longo processo de degradação da terra rural vinculado a fatores estruturais como o parcelamento em forma de grade, a heterogeneidade estrutural do setor pecuário e as características do sistema de manejo extensivo dos campos de pastagem, e, portanto, não explica a mudança no ritmo da decadência que ocorreu desde a década de 1980. Nesse sentido, considerando as múltiplas durações temporais propostas por Braudel (1968), esses e outros fatores estruturais foram considerados, mas também os ciclos político-econômicos e os eventos naturais (grandes nevascas, erupções vulcânicas, etc.) que

explicam acelerações da decadência em tempos curtos ou situações mais críticas (VAZQUEZ, 2019).

Além desses estudos que abordam os múltiplos tempos originados por diferentes processos naturais, políticos, econômicos e / ou culturais, há outros que abordam a diversidade do tempo social considerando as experiências das pessoas e sua vida presente. Como se demonstrou nas contribuições teóricas recuperadas na seção 2.3, essa diversidade pode ser abordada a partir dos ritmos temporais, seja com perspectivas críticas ou radicais que considerem as desigualdades socioeconômicas e / ou as possibilidades de acesso a objetos e serviços, ou com perspectivas culturais que considerem o cotidiano das pessoas e as características de seus espaços vividos.

#### 4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DO ESPAÇO-TEMPO VIVIDO

As perspectivas culturais buscaram abordar a dimensão experiencial e até compreender o funcionamento e / ou transformações das estruturas socio-territoriais a partir dessa dimensão. Como expressado por Lindón (2000), recuperando as ideias de Elías (1995), não há razão para pensar o cotidiano em oposição ao estrutural, na medida em que as experiências das estruturas contribuem tanto para sua reprodução quanto para sua transformação.

Para essas perspectivas, as contribuições metodológicas de Hägerstrand foram centrais. O geógrafo sueco alertou que na análise locacional não é possível eliminar o tempo das pessoas como acontece com os materiais ao considerar, por exemplo, o custo do transporte, e desenvolveu metodologias que constituíram a Geografia do Tempo.

A Geografia do Tempo destacou ao indivíduo na análise regional, enfocando nas trajetórias espaço-temporais dos indivíduos para estudar as conexões entre todos os componentes de um “contexto espaço-temporal”. Um contexto que viabiliza e também limita as ações humanas: “... trajetórias vitais são captadas em uma rede de restrições ou limitações, algumas das quais são impostas por necessidades físicas e fisiológicas e algumas impostas por decisões coletivas e privadas” (HAGERSTRAND, 1991, p. 97<sup>3</sup>).

Sobre essas ideias, a Geografia do Tempo contribuiu com pesquisas que buscaram compreender a organização e o funcionamento dos espaços e, conseqüentemente, com o

---

<sup>3</sup> Versão original é de 1970, 1991 é a data da versão traduzida para o espanhol.

planejamento territorial em diversas escalas e setores, por exemplo, em transporte e distribuição de serviços.

Do ponto de vista metodológico, essa perspectiva permitiu valorizar histórias e experiências pessoais, admitindo o uso de diferentes fontes de informação (incluindo a literatura) e inclusão de procedimentos específicos para a análise geográfica. Dentre esses procedimentos, destaca-se a elaboração e análise de figuras que expressam a trajetória de indivíduos em uma linha traçada segundo dois eixos: um eixo vertical com tempo organizado cronologicamente e um eixo horizontal com os lugares vivenciados pelo indivíduo durante o tempo considerado (um dia, uma semana, um ano, uma vida, etc.). Um eixo horizontal que frequentemente surge de modelos digitais de elevação de terreno que contêm formas naturais e produzidas do ambiente do indivíduo. Essas figuras são esboços do conjunto de entidades visíveis e não visíveis que Hägerstrand chamou "diorama", alegando que elas estão interconectadas pela história, como nos arranjos de museus que mostram animais e pessoas em seus ambientes normais (HAGERSTRAND, 1982).

Na análise das transformações dos espaços patagônicos, utilizamos esses procedimentos para entender o funcionamento dos espaços do Planalto Central da província de Santa Cruz e suas mudanças em um corte temporal de mais de trinta anos que vai do momento de maior dinamismo da ruralidade na região até a crise no campo. Para isso, buscou-se reconstruir as trajetórias de um morador rural a partir de depoimentos orais de familiares e dados de mobilidade contidos nos registros diários da família Moyes na fazenda *San Agustín*, no período de 1955 a 1991: motivos dos deslocamentos, locais de destino, dia de partida e dia de retorno ao estabelecimento, entre outros. Os dados obtidos a partir da fonte histórica foram considerados na elaboração de figuras que representam a sequência natural das mobilidades da população ao longo de um ano e de mapas de fluxo que apresentam padrões anuais de mobilidades em diferentes contextos espaço-temporais do período. Os detalhes dos procedimentos seguidos na elaboração das figuras e mapas, os resultados obtidos e sua análise, podem ser vistos no artigo intitulado "*Lógicas espaciales campesinas en la estepa patagónica*", publicado na Revista Magallania (VAZQUEZ, 2017).

Os procedimentos que adotamos a partir da Geografia do Tempo mostraram-se úteis nas abordagens da vida cotidiana dos indivíduos e das interações espaciais geradas no desenvolvimento da mesma. Tanto que atualmente, na pesquisa intitulada "Estratégias e dispositivos comunitários e estatais em processos de desenvolvimento territorial de pequenas cidades e áreas rurais no sudoeste

da província de Chubut”<sup>4</sup>, continuamos a aprofundar o desenvolvimento dessas metodologias. Nas tarefas de campo são utilizados alguns procedimentos que articulam as entrevistas semi-estruturadas com a elaboração de esboços de dioramas desenhados durante a instância da entrevista, para a abordagem da relação espaço-temporal nas estratégias utilizadas pelos moradores de localidades de menos de 500 habitantes para acessar a serviços (por exemplo, saúde e educação) e objetos (por exemplo, bens de consumo) no setor centro da Patagônia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado merece prosseguimento e aprofundamento. Embora sempre presente nas pesquisas, ora como recorte, periodização ou de modo mais efetivo como elemento constituinte do objeto de pesquisa, o tempo muitas vezes não recebe o tratamento teórico necessário. É possível avançar nas proposições metodológicas, visando sua adequada empiricização.

Muito mais do que mencionar datas e sequências cronológicas, o tempo pode ser apreendido pelos conteúdos presentes nos espaços, como sinalizam autores fundamentais que mencionamos no texto. É um desafio romper com uma linguagem tradicional, que tende a ser cronológica e buscar formas novas e que contemplem tais perspectivas no tratamento do tempo.

Tal como afirmamos na introdução, é uma questão complexa e tem diversas possibilidades. Elas são mais ou menos adequadas para cada pesquisa, dependendo das perguntas iniciais e das perspectivas teóricas adotadas. Sistematizamos aqui reflexões oriundas das pesquisas realizadas pelos autores. Assim, dentro de cada um dos eixos de análise, foram recuperadas apenas algumas ideias e exemplos. Nas considerações sobre o tratamento dos espaços-tempo vividos, por exemplo, foram deixadas de lado as contribuições de geógrafos que enfatizaram na percepção e o pensamento em detrimento da análise das práticas espaciais concretas.

Reiteramos, contudo, que cada pesquisa precisa deter-se na sua construção nesse cuidado com o tratamento do tempo e em que nível ele será contemplado no trabalho. Possivelmente os referenciais teóricos aqui assinalados permitirão um avanço, mas outros levantamentos podem levar a um enriquecimento do debate. O intuito do seminário que deu origem a esse artigo tinha

---

<sup>4</sup> Projeto de pesquisa financiado pela Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica (Argentina) e dirigido por Juan Manuel Diez Tetamanti.

essa meta. Consideraremos cumpridos os objetivos se o texto servir para que proponentes de pesquisas em Geografia, nos mais variados níveis, ao lerem o texto preocuparem-se com o questionamento sinalizado, ainda que não adotando os referenciais e interpretações assinalados neste artigo.

## 6 REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. **Historia y Ciencias Sociales**. Madrid: Editorial Alianza, 1968, 224 p.

CORONATO, F. **Ovejas y ovejeros en la Patagonia**. Buenos Aires: Prometeo, 2017, 266 p.

ENDLICH, Â. M. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná. 2006. 505 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, p. 63-90, 2015.

GRATALOUP, C. Les périodes de l'espace. **Espaces Temps**, n. 82-83, p. 80-86, 2003 (Tradução para o português de Teresa León).

HAESBAERT, R. Región, regionalización y regionalidad: cuestiones contemporáneas. **Antares. Letras y Humanidades**, n.3, p. 2-24, 2010.

HÄGERSTRAND, T. Diorama, path and project. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, v.73, n.6, p. 323-339, 1982.

HÄGERSTRAND, T. ¿Qué hay acerca de las personas en la ciencia regional?. **Serie Geográfica**, n.1, p.93-109, 1991. Tradução de What about people in Regional Science?. Papers of the Regional Science Association, v.24, p.7-21, 1970.

HONORÉ, C. **Devagar: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005, 350 p. Título original: *In praise of slow*

KUNDERA, M. **A lentidão.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, 158p.

LINDÓN, A. Del campo de la vida cotidiana y su espacio-temporalidad (una presentación). In: LINDÓN, A. (Coord.). **La vida cotidiana y su espacio-temporalidad.** Barcelona: Anthropos-CRIM-El Colegio Mexiquense, 2000, p.7-18.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996a, 308 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1996b.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, M. L. Tiempo y espacio en geografía: dilemas y reflexiones. **Revista de Geografía Norte Grande**, n.54, p. 9-29, 2013.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Título original: *Postmodern Geographies.*

VAZQUEZ, A. D. Lógicas espaciales campesinas en la estepa patagónica. **Magallania**, v.45, n.2, p. 273-298, 2017.

VAZQUEZ, A. D. **Transformaciones territoriales en la Patagonia ovejera. Movilidades, valorizaciones y fragmentación rural.** Tesis Doctoral sin publicar. Universidad Nacional del Sur. 2019.

*Data de recebimento: 18 de abril de 2019.*

*Data de aceite: 09 de outubro de 2019.*